

EDITORIAL

O déficit do saneamento

MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO AINDA não tem acesso a saneamento básico no Brasil, conforme pesquisa "Saneamento, Saúde e o Bolso do Consumidor" da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O déficit ao acesso a esse serviço público era de 50,56% no ano passado e o País trata apenas um terço do esgoto coletado.

A expectativa maior da redução desse quadro, que representa risco direto à saúde pública nacional e aos gastos do governo na recuperação dos doentes, é a regulamentação do marco regulatório do saneamento para permitir mais investimento privado no setor.

Mesmo assim, houve uma redução do déficit no acesso à coleta e tratamento de esgoto no País em 2007. De acordo com o levantamento, o indicador caiu de 53,23%, em 2006, para 50,56%, em 2007 — o menor nível da série. Em um ano, foi a maior variação da série histórica: 5,02%. A média anual de redução no déficit era de 1,31% entre 1992 e 2006.

A aceleração na maior disponibilidade de saneamento básico deve-se aos investimentos públicos e privados feitos no setor desde 2003, especialmente com o aumento na aplicação dos recursos desde a implantação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), do governo federal.

Segundo a pesquisa, no ritmo de redução do déficit de acesso ao serviço entre 1992 e 2006, seriam necessários 56 anos para diminuir pela metade o déficit do saneamento básico no Brasil. Entretanto, o levantamento aponta de que se a redução do déficit ocorrer na média verificada em 2007, o tempo necessário cai para 25 anos. O estado líder no acesso ao saneamento no País é São Paulo, com um déficit de 14,44%. Em seguida, aparecem o Distrito Federal, com 19,83%, e Minas Gerais, com 25,1%. No extremo está o Amapá, onde o déficit chega a 97,36%. O estado com maior redução de déficit foi o Rio de Janeiro, com queda de 17,38%.